

SUMÁRIO

Capítulo I

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

Capítulo II

A INSTRUMENTALIDADE COMO FUNDAMENTO DE UM PROCESSO CIVIL COOPERATIVO.....	25
---	----

1. Os escopos sociais do processo civil e a busca por uma solução justa	28
2. Escopos políticos e participação do sujeito do processo.....	33
3. Escopo jurídico e a justa aplicação da lei ao caso concreto	35
4. O modelo processual civil brasileiro.....	36
4.1. O modelo isonômico, simétrico ou adversarial	38
4.2. O modelo hierárquico, assimétrico ou inquisitivo	41
4.3. A escolha brasileira.....	45
5. A colaboração como um novo modelo de estrutura do processo	48

Capítulo III

AS BASES DO PROCESSO CIVIL COOPERATIVO	55
--	----

6. Ética do processo	57
7. Lealdade processual	60
8. Boa-fé processual.....	63
9. Dever de veracidade.....	66
10. Dever de esclarecimento.....	71
10.1. Das partes (dever de informação recíproca)	71
10.2. Do juiz	78
11. Dever de consulta e princípio do contraditório	81

12. Dever de prevenção.....	85
13. Dever de auxílio.....	87

Capítulo IV

O PROCESSO COOPERATIVO NA FASE POSTULATÓRIA E A FORMAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO ... 89

14. A apresentação da demanda ao Judiciário.....	89
15. O réu contumaz.....	93
16. A (quase) estabilização definitiva da demanda.....	94

Capítulo V

O PROCESSO COOPERATIVO NA FASE ORDINATÓRIA E O SANEAMENTO COMPARTILHADO..... 99

17. A participação dos sujeitos do processo na delimitação do <i>thema probandum</i>	106
17.1. O (importante) papel da oralidade.....	108
18. A repartição dos encargos probatórios – o ônus da prova no processo civil cooperativo.....	115

Capítulo VI

O PROCESSO COOPERATIVO NA FASE INSTRUTÓRIA E A COLABORAÇÃO DAS PARTES NA BUSCA POR UMA SOLUÇÃO “JUSTA, PARTICIPATIVA E EFETIVA” 123

19. Direito à participação no processo (ampla defesa e contraditório).....	126
20. Limites ao direito de participação e dever de veracidade.....	128
21. A colaboração na busca da verdade.....	130
21.1. A <i>disclosure/discovery</i> como um instrumento na consecução desse fim.....	133
22. Limites à colaboração.....	141
23. O modelo cooperativo em matéria probatória: dever ou ônus da parte?.....	148
24. Consequências em razão do desrespeito à colaboração intersubjetiva.....	155
24.1. Multa por litigância de má-fé e medidas coercitivas.....	155

24.2. Antecipação dos efeitos da tutela (tutela antecipada sancionatória)	159
24.3. Presunções e o valor probatório da conduta processual das partes.....	162
24.4. Responsabilidade por eventuais prejuízos	166
24.5. Extinção do feito sem resolução do mérito	168
 Capítulo VII	
A ATUAÇÃO DEFINITIVA DO JUIZ NA BUSCA POR UMA SOLUÇÃO “JUSTA, PARTICIPATIVA E EFETIVA” – A FASE DECISÓRIA	173
25. Uma mudança de paradigma da atuação jurisdicional e a cooperação na fase decisória	174
26. Verdade e coisa julgada.....	177
 Capítulo VIII	
CONCLUSÃO.....	181
 Capítulo IX	
BIBLIOGRAFIA.....	195